



LEI ORDINÁRIA Nº 2

de 02 de janeiro de 1989

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL-MS, APROVOU E O
PREFEITO MUNICIPAL SANCIONOU E PROMULGOU A SEGUINTE LEI:*

Art. 1º..

O Orçamento Geral do Município de Chapadão do Sul, fará o exercício financeiro de 1.989, descrevendo pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 3.000.000,00 (Três Bilhões de Cruzados), e fixa a Despesa na importância Cz\$ 2.698.200,00 (Dois Bilhões, Seiscentos e Noventa e Oito Milhões e Duzentos Mil Cruzados), em forma do Decreto-Lei Federal nº 1.875 de 15.07.81.

Parágrafo único. .

A diferença entre a Receita estimada e a Despesa fixada, na importância de Cz\$ 301.800,000 (Trezentos e Um Milhões e oitocentos Mil Cruzados), será destinada à "RESERVA DE CONTINGÊNCIA", que de acordo com o Decreto-Lei nº 1.763 de 16.01.80, servirá como renda para a abertura de Créditos orçamentários que se evidenciarem insuficientes no decorrer do exercício, cujos recursos serão movimentados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º..

A Receita será realizada mediante a arrecadação do tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de Legislação vigente e das especificações constantes do anexo 3 da 4.320/64, e de acordo com o seguinte desdobramento:

<i>1 - RECEITAS CORRENTES</i>	2.543.300,000
..... \$	
<i>1.1 - Receita Tributária</i>	27.800,000
..... \$	
<i>1.3 - Receita Patrimonial</i>	1.300,000
..... \$	
<i>1.6 - Receita de Serviços</i>	800,000
..... \$	
<i>1.7 - Transferências Correntes</i>	2.512.700,000
..... \$	
<i>1.9 - Outras Receitas Correntes</i>	1.200,000
..... \$	

<i>2 - RECEITAS DE CAPITAL</i>	456.200,000
..... \$	
<i>2.1 - Operações de Crédito</i>	199.200,000
..... \$	
<i>2.2 - Alienação de Bens</i>	2.000,000
..... \$	
<i>2.4 - Transferências de Capita</i>	250.000,000
..... \$	
<i>2.5 - Outras Receitas de Capital</i>	5.000,000
..... \$	
<i>TOTAL</i>	3.000.000,000
\$	

Art. 3º..

A despesa será realizada segundo as Categorias Econômicas, que apresentam o seguinte desdobramento, por Elemento e Subelemento da despesa:

<i>SOMA DE DESPESAS CORRENTE</i>	<i>1.515.900.000</i>
..... \$	
<i>3111 Pessoal Civil</i>	<i>1.027.000.000</i>
..... \$	
<i>3113 Obrigações Patronais</i>	<i>166.900.000</i>
..... \$	
<i>3120 Material de Consumo</i>	<i>153.800.000</i>
..... \$	
<i>3131 Remuneração de Serviços Pessoais\$</i>	<i>50.000.000</i>
<i>3132 Outros Serviços e Encargos</i>	<i>95.500.000</i>
..... \$	
<i>3231 Subvenções Sociais</i>	<i>7.000.000</i>
..... \$	
<i>3251 Inativos</i>	<i>200.000</i>
..... \$	
<i>3253 Salário Família</i>	<i>200.000</i>
..... \$	
<i>3255 Assistência Médico - Hospitalar \$</i>	<i>200.000</i>
<i>3256 Benefícios da Previdência Social \$</i>	<i>200.000</i>
<i>3258 Outras Transferências Pessoais \$</i>	<i>100.000</i>

<i>SOMA DE DESPESA DE CAPITAL</i>	<i>1.182.3000.000</i>
..... \$	
<i>4110 Obras e Instalações</i>	<i>398.5000.000</i>
..... \$	
<i>4120 Equipamentos e Material Permanente</i>	<i>779.500.000</i>
<i>4210 Aquisição de Imóveis</i>	<i>3.000.000</i>
..... \$	
<i>4240 Aquisição de Títulos de Crédito \$</i>	<i>100.000</i>

<i>4324 Transf. a Instituições Multigovernamentais</i>	<i>1.100.000</i>
<i>4351 Amortização da Dívida Contratada</i>	<i>100.000</i>
<i>TOTAL</i>	<i>2.698.200.000</i>

Art. 4º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Operação de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite de 25% (Vinte e Cinco por Cento) da Receita Estimada, nos termos do Art. 67, da emenda Constitucional nº 01/69, de 17 de Outubro de 1969.

Art. 5º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:

I.

Para atender despesas vinculadas às Receitas até o limite de excesso de arrecadação efetiva da Receita a que estiverem vinculadas, nos termos do § Único do Artigo 7º, do Decreto-Lei nº 1.815 de 09.12.80.

II.

Para atender a quaisquer despesas até o limite de 80% (Oitenta por cento) da despesa orçamentária, servindo como recursos as constantes do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1.964.

Art. 6º..

As Dotações Orçamentárias atribuídas às Unidades orçamentárias do Poder Executivo serão movimentadas pelo Gabinete do Prefeito, que para esse fim, deverá manter estrita coordenação com os demais Órgãos da Municipalidade.

Art. 7º..

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apartir de 1º de Janeiro de 1989, revogando as disposições em contrário.

CHAPADÃO DO SUL - MS, 02 DE JANEIRO DE 1989

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 2/1989 - 02 de janeiro de 1989

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em